

Participação política em redes sociais digitais como instância formativa de estudantes da área das ciências da saúde da UFRJ

Political participation in digital social networks as a formative instance of health sciences students at UFRJ

Sabrina Emely de Queiroz Costa Mourão*
Vera Helena Ferraz de Siqueira**
Marcell Rezende Silva***
Valentina Carranza Weihmüller****

*Graduanda em Psicologia na UFRJ e bolsista de iniciação científica do CNPQ, Brasil. sabmourao@hotmail.com

**Professora do Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (Nutes) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Apoio CNPq. verahfs@yahoo.com.br

***Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde do Nutes/UFRJ, Brasil. marcellrezendes@gmail.com

****Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde do Nutes/UFRJ e bolsista Capes/OEA, Brasil. cw.valentina@gmail.com

Resumo

Diante do contexto atual de avanços tecnológicos, relações virtuais cada vez mais intensas e aumento de movimentos políticos e sociais, neste estudo analisou-se como a participação política de alunos da área de saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ocorre nas redes sociais, conforme significada pelos/as mesmos/as. Foi pressuposto que a formação profissional deve ir além da dimensão técnica, e incluir a formação política dos indivíduos, aproximando-se de outros espaços formativos como as redes. Realizamos um estudo qualitativo, de cunho exploratório, e a partir de seis entrevistas semiestruturadas com o mencionado alunado, encontramos que a influência das redes sobre o fazer político dos estudantes é reconhecida, e que estas são vistas como facilitadoras da agregação de grupos identitários e provedoras de informação. Ao mesmo tempo aspectos levantados sobre as trocas na internet contrariam o discurso da suposta liberdade de expressão, decorrente da sua utilização.

Palavras chave: formação em saúde, participação política, redes sociais.

Abstract

Given the current context of technological advances, of virtual relations increasingly intense and an increase in political and social movements, this study analyzed how the political participation of students of the health area of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) occurs in the networks. It was assumed that professional training should go beyond the technical dimension, and include the political formation of individuals (GIROUX, 2003), approaching other formative spaces such as networks. We conducted a qualitative, exploratory study, and from six interviews, guided by a semi-structured script with the aforementioned students, we found that the influence of the networks on the political doing of the students is recognized, and that they are seen as facilitators of the aggregation of identity groups, and as information providers. At the same time aspects raised by the exchanges on the Internet contradict the discourse of supposed freedom of expression, arising from its use.

Key words: health education, political participation, social networks.

Introdução

Segundo Malini e Antoun (2013), 1984 pode ser considerado o ano do efetivo surgimento do ciberespaço. Esse espaço virtual, voltado de início principalmente para a guerra, sofre, neste momento, uma incisão com o aparecimento do primeiro fórum de discussões online: o Usenet. Com isso nota-se o aparecimento de um novo paradigma em torno das tecnologias de informação, as quais passam por acelerados processos de desenvolvimento e atualização, iniciando uma acentuada mudança cultural.

Ao final do século XX, o espaço na internet se amplia e torna-se uma nova rede de afetos, relações sociais e transmissão de informação. Essa mudança, conhecida como web 2.0, modifica a lógica unilinear e verticalizada inicial (*de um para todos*, como no caso de rádios e jornais impressos), para se constituir como um meio em que a informação parte *de todos para todos*, e o autor é também consumidor do material simbólico produzido. Isso gera novos modos de se relacionar com o mundo, dinamizar as interações interpessoais e estabelecer formas de resistência e de constituição política, com ações coletivas e grupos cada vez mais articulados. Como aponta Castells (1999, p. 572):

As expressões culturais são retiradas da história e da geografia e tornam-se predominantemente mediadas pelas redes de comunicação eletrônica que interagem com o público e por meio dele em uma diversidade de códigos e valores. Como a informação e a comunicação circulam basicamente pelo sistema de mídia diversificado, porém abrangente, a prática da política é crescente no espaço de mídia.

Em muitos contextos, a atuação social, a mobilização e o engajamento se transformaram em um valor de rede (MALINI e ANTOUN, 2013); há um constante embate entre a informação passada pelas mídias de massa (em geral pela telecomunicação) e a informação construída em discussões dos mais diversos grupos presentes nas redes (blogs, vídeos, redes sociais, etc.). Isso nos leva a acreditar que o discurso que provém da internet pode ter uma importante influência sobre a formação política das pessoas.

Esse novo posicionamento em relação à troca de informação e a espaços de interação tem colaborado na visibilidade e engajamento público de diferentes coletivos e movimentos sociais, orientados “cada vez mais em torno dos meios de comunicação – cujo poder de persuasão pode ser, por vezes, muito mais poderoso do que, por exemplo, o uso da força – para difundir e compartilhar valores, visões de mundo e experiências” (MACHADO, 2007, p. 289). Essa comunicação possibilita o crescimento dos movimentos e a criação de novas formas de ativismo político e mobilização, que passam a atingir não apenas lugares determinados e físicos, mas se disseminam para além das barreiras usualmente conhecidas através de pontos virtuais interligados: as redes digitais.

Entendemos aqui “rede” no sentido de “Redes Sociais Digitais” (RSD), como plataformas desenvolvidas na era da web 2.0 e apropriadas globalmente por pessoas particulares, instituições, movimentos, grupos artísticos etc., para se apresentar ao mundo – visibilizar identidades – e trocar informações de diferentes assuntos, podendo ou não dar lugar a “esferas de debate”. Neste sentido, nos apoiamos na definição de “rede social digital” construída por Vermelho et. al (2014, p.188) como:

A macroestrutura tecnológica que dá suporte a um conjunto de atores sociais (sujeitos e instituições) conectados por laços sociais, os quais são formados, mantidos e reforçados (ou não) por meio de interações sociais [sendo essas interações] realizadas dentro de uma relação de troca de conteúdos, criados pelas mais diferentes linguagens disponíveis no formato digital: textual, sonora, audiovisual e imagética.

Dessa forma, as RSDs são plataformas que reafirmam o caráter transmidiático das mídias digitais, pois se apresentam nas suas possibilidades de uso e distribuição de informação como uma *mídia de mídias* (ROGERS, 2009), produzindo o deslizamento do modelo centralizador e unidirecional do *broadcasting* (imprensa gráfica, rádio e TV) para o paradigma da Rede (SCOLARI, 2016).

As RSDs impactam significativamente o espaço público, entendido como a instância onde as subjetividades e identificações sociais se constituem a partir do jogo de visibilizar-se, representar-se e intercambiar significados e sentidos sobre o que “é comum a todos”, sobre o que nos interpela como sociedade. É assim que o espaço público apresenta uma especificidade política, no sentido de ser a esfera onde se desenvolvem os debates sobre que tipo de sociedade se deseja construir e que lugar cada agente social pretende ocupar nela (CALETTI, 2001).

Dando seguimento a esta ideia, recorreremos a Belloni (1998) que sinaliza a escola e a mídia como importantes instituições mediadoras do espaço público, por seu papel central nos processos de socialização e formação dos sujeitos. Entretanto, a escola e a universidade não conseguiram se apropriar dos bens culturais produzidos pela mídia, integrar as novas tecnologias de comunicação de modo pertinente e crítico e utilizar seus recursos em função de uma formação cidadã.

Nessa linha, Santos e Mortimer (2000) defendem a ideia da alfabetização em ciência e tecnologia como uma necessidade do mundo contemporâneo. Para os autores, as ênfases curriculares em CTS devem tratar das inter-relações entre ciência, tecnologia, problemas sociais e tomada de decisões. Os conteúdos científicos e tecnológicos devem ser estudados com a discussão de seus aspectos históricos, éticos, políticos e socioeconômicos, vinculados aos interesses coletivos, objetivando o desenvolvimento de valores e propiciando uma participação ativa dos alunos.

Scolari (2016) retoma a centralidade do letramento midiático para promover a participação cidadã nos sistemas democráticos atuais. Segundo o autor, com o surgimento e o impacto social das mídias digitais, esse conceito deve de se ampliar para o de alfabetização transmídia. Essa nova abordagem é proposta com o intuito de conseguir dar conta do conjunto de saberes, competências e habilidades que os sujeitos devem conhecer e se apropriar para movimentar-se na sociedade digital, recaindo o interesse atual em conhecer o componente criativo, colaborativo e extraescolar que os jovens desenvolvem com as mídias digitais (SCOLARI, 2016).

Uma educação que propõe uma alfabetização transmidiática (necessariamente tecnológica e crítica) pressupõe ênfase sobre a formação política do cidadão, como sugere Giroux (2003, p. 47):

Uma das funções mais importantes de uma cultura democrática vibrante é propiciar os recursos institucionais e simbólicos necessários para que jovens e adultos desenvolvam sua capacidade de pensar de forma crítica, de participar em relações de poder e de decisões sobre políticas que afetem suas vidas e de transformar as desigualdades raciais, sociais e econômicas que impedem as relações sociais democráticas.

É necessário, portanto, compreender a participação política dos sujeitos dentro de um conceito amplo. Nas palavras de Bobbio, Matteuci e Pasquino (1998, p.117):

A expressão participação política é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num

comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além.

Tal definição nos permite compreender inúmeras das interações estabelecidas nas redes como atos de participação política. Contudo, tal participação não se dá de forma homogênea. Como sinalizam Bobbio, Matteucci Pasquino (1998), existem três formas de participação política. A primeira, classificada como presença, é a menos intensa: os sujeitos apresentam comportamentos essencialmente receptivos ou passivos. Em outra, cunhada ativação, o sujeito desenvolve uma série de atividades que lhe foram confiadas ou que ele mesmo promove, por exemplo, a participação em mobilizações ou campanhas políticas. Por fim, temos o tipo de participação em que o sujeito contribui direta ou indiretamente para uma decisão política.

É de fundamental importância ampliar a compreensão das relações estabelecidas a partir dos novos meios de comunicação e das redes, suas influências sobre os movimentos sociais e o envolvimento dos/as alunos/as com os mesmos, bem como as relações entre as participações nessas instâncias e a formação profissional e social dos estudantes. Tais análises se mostram relevantes ao considerar que a formação profissional deve ir além da dimensão técnica, e incluir a formação política dos indivíduos (GIROUX, 2003).

Objetivos

O principal objetivo dessa pesquisa foi analisar como a participação política de alunos/as da área de saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ocorre nas redes sociais e de que forma é significada pelos/as mesmos/as. Mais especificamente buscamos:

- Analisar como alunos/as significam as suas experiências individuais, políticas e sociais dentro desta nova forma de articulação possibilitada pelo acesso à internet.
- Compreender até que ponto consideram que as redes sociais contribuem para sua formação política e para a livre troca de opiniões;
- Identificar como avaliam a participação da escola e da universidade em sua formação política e a integração de instâncias formais de educação com os aprendizados que ocorrem na rede.

Metodologia

Conduzimos um estudo de cunho qualitativo e caráter exploratório. Tal abordagem permite aprofundar os significados sem visar qualquer generalização; tenta apreender a realidade social através da aproximação e pela busca que vai além do visível, e considerar os aspectos que envolvem o sujeito de estudo em toda sua complexidade e contradição (MINAYO, 2004).

Foram realizadas seis entrevistas, norteadas por um roteiro semiestruturado. As entrevistas foram gravadas para não perdermos informações importantes e evitar distorções nas interpretações das respostas. Como sugerido por Duarte (2002), os dados foram compilados e organizados por categorias segundo critérios relativamente flexíveis e previamente definidos: utilização e participação nas redes, formação e participação acadêmica, profissional e política.

A escolha dos sujeitos foi feita por conveniência. As entrevistadas são alunas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ) de cursos vinculados às Ciências da Saúde: Farmácia, Fisioterapia, Enfermagem, Medicina e Biologia, todas do sexo feminino, com idades entre 18 e 22 anos e cursando do primeiro ao sexto semestre da graduação.

Resultados e análise

Nas entrevistas foi possível observar o reconhecimento das influências sobre o fazer político através das redes digitais. As já comentadas possibilidades de interação propiciadas pela web 2.0 ampliaram as formas de mobilização e posicionamentos políticos, coletivos ou individuais (CASTELLS, 1999), como sugerem os excertos:

*Acho que a internet sem dúvida é uma ótima ferramenta para **você ter sua voz**, não só no momento que você vai votar, mas a internet é muito importante porque **você mobiliza as pessoas**, você deixa clara sua opinião. (Biologia, 6º, 20 anos)*

*As redes têm sim um impacto na minha formação política, porque muita coisa a gente procura sempre pesquisar [...] e a internet é o **maior sistema de informação** que tem. (Farmácia, 6º, 20 anos)*

Na fala da estudante de Farmácia é reconhecida a importância da Internet em sua formação política e como distribuidora de informação, permitindo que o usuário tenha acesso ou mesmo seja produtor e reproduzidor de fatos e ideias em um espaço de tempo muito curto.

Através das redes os grupos publicam informações, agendam reuniões, propõem discussões e se articulam:

A biologia, ela é muito influente nisso, né, as pessoas têm muitos coletivos, grupos de Facebook, que trabalham com as mulheres, gays, LGBT no geral. (Biologia, 6º, 20 anos)

Tem liga acadêmica e tem os coletivos – coletivo LGBTT, coletivo negro – então assim, a gente sempre entra em contato com essas questões por causa das ligas. [...] (Medicina, 1º, 20 anos)

As ligas acadêmicas, elas têm páginas no Facebook, os coletivos também [...] têm ligas como de geriatria que já apontam para essas questões sociais, ligas de psiquiatria que também apontam para essas questões sociais, e eles sempre fazem, colocam o tema e chamam os alunos e aí é bom, os alunos que curtirem a página tem acesso às datas e os horários. (Medicina, 1º, 20 anos)

Assim, observamos que no âmbito da universidade se configuram novas formas de organização dos estudantes, os coletivos, que se manifestam também em redes sociais e se organizam a partir delas, possibilitando não apenas uma integração mais forte de semelhanças intergrupos, mas uma ampliação de sua respectiva visibilidade.

Trata-se de um espaço para se conhecer pontos de vista, trocar ideias, “conhecer outras opiniões”, propício ao debate, às argumentações; espaço em que se busca e se divulga informações, o que repercute em atuações e decisões políticas:

Acho que o debate é importante mesmo, você conhecer outros pontos de vista e você tem muitas pessoas de vários lugares, com várias instruções, com várias informações e ali [nas redes] elas começam a argumentar. (Enfermagem, 5º, 22 anos)

Principalmente aqui na faculdade, até, o povo faz bastante debate, agora nas eleições eles tentaram trazer os candidatos [eleições municipais no RJ] para debater aqui, né, e eles divulgam pelo Facebook mesmo e achei isso muito interessante. (Fisioterapia, 1º, 19 anos).

Um aspecto diferenciado na fala da aluna de Biologia, a seguir, merece destaque. Talvez por tratar-se de aluna de um curso de licenciatura, foi a única a relacionar a formação política com sua atuação profissional.

Eu sou de licenciatura, vou ser professora um dia. Eu acho muito importante ter essa conversa, saber lidar com esses assuntos [discussões políticas,...]. Isso não está no currículo. Mas nas matérias de educação a gente tem muitos debates, mas como disciplina mesmo, não. (Biologia, 6º, 20 anos)

Os cursos da área da saúde, principalmente os de medicina e odontologia, são na sua maioria de cunho biologicista e baseados em conteúdos técnicos; entretanto, possuem a potencialidade de, como processo de formação, “acionar movimentos de estranhamento, de desacomodação, de ‘perguntação’ e de implicação” (CECCIM e FERLA, 2008, p. 243). Seus currículos, de forma geral, não contemplam questões referentes ao contexto sociopolítico, nem discussões sobre as minorias e o incentivo para a construção de uma consciência crítica, aspectos que merecem ênfase, como indica Giroux (2003). Acreditamos que a existência dos coletivos e sua facilitação pela internet venham justamente ao encontro dessa demanda estudantil pela comunicação e integração, de modo a suprir “lacunas” curriculares.

Na contramão do que aparentemente ocorre no ensino superior, o incentivo ao desenvolvimento de uma consciência crítica e política do estudante, segundo as entrevistadas, teve lugar no ensino médio, a partir da influência de professores/as:

Acho que no ensino médio tinha muito mais do que aqui na graduação. No meu ensino médio ainda tinha alguns professores, como meu professor de sociologia, meu professor de educação física, eles sempre aderiram à greve. Aqui na faculdade eu nunca tive contato sobre política com nenhum professor. (Farmácia, 6º, 20 anos)

Um professor meu do ensino médio, de história [...] a participação dele foi fundamental para meu entendimento como cidadã. [...] pode ser porque eu esteja muito recente aqui, mas não ouvi muito sobre política e eles não vão discutir isso nunca na sala, nunca mesmo. (Fisioterapia, 1º, 19 anos)

Nota-se, nos excertos acima, a importância atribuída à figura do/a professor/a no processo de formação política dos estudantes. Associada à influência docente, o confronto de ideias e as interações possibilitadas pelas RSD podem levar a discussões que resultem em processos de reflexão, provocando uma ampliação das visões, o que vem ao encontro do que é sugerido por Castells (1999) quanto se refere à criação de novos modos de distribuição e interação com a informação, conduzindo a distintas formas de pensar e experienciar o mundo.

Eu não excluo ninguém, só excluo se a pessoa for muito absurda, [...] eu gosto de permanecer com as pessoas para ver, tipo, o que elas falam sobre determinado assunto. Eu tenho um amigo que quando postei sobre o Tim Burton [ao ser acusado de racismo], ele disse “ah isso é desnecessário”, enquanto um outro foi totalmente engajado na causa dos negros, essas coisas. Mas eu gosto destas situações porque chega um momento que eu coloco uma postagem, os dois se encontram e um pode influenciar o outro de alguma forma, como já aconteceu e foi muito bom para eles e para mim. [...] facebook não é local de você expor seus problemas pessoais apenas, mas de você compartilhar ideias. (Medicina, 1º, 20 anos)

Nesta fala a estudante expressa também as potencialidades da Internet, às quais se refere Machado (2007), quando os sujeitos se permitem refletir e há a troca de experiências e pensamentos, ampliando seus conceitos e visões de mundo.

Contudo, ao descrever as funcionalidades da internet, identificamos também que nem sempre as alunas se incluem ativamente no processo, como produtoras ou disseminadoras de informações. Tomando a acima mencionada classificação de Bobbio, Matteuci e Pasquino (1998), nos excertos que seguem aparecem identificações políticas que se alocam no primeiro grupo de participação política, o assim chamado “presença”, as alunas posicionando-se apenas como receptoras de informações, principalmente devido aos conflitos gerados pelos posicionamentos divergentes.

Eu não gosto muito de expor minha opinião em redes sociais, fico mais na minha [...] Porque vem muita gente querendo também impor opinião, então não sou muito fã de rede social e emitir minha opinião lá. Eu gosto só, mais de ler mesmo, não gosto muito de falar, de escrever. (Biologia, 6º, 20 anos)

A minha participação, [...] eu prefiro não me envolver muito nesses debates, assim, porque as pessoas começam a se agredir. (Enfermagem, 5º, 22 anos)

Não me sinto confortável nem nos grupos e nem no Facebook, porque eu evito muito discutir. [...] Se fossem pessoas que soubessem discutir, sabe, que não fossem tão agressivas, eu até tentaria. (Fisioterapia, 1º, 19 anos)

Essas falas revelam aspectos que contrariam o discurso da suposta liberdade de expressão, decorrente da utilização da internet. Torna-se evidente certo temor pelo confronto de opiniões e certa crença sobre a incapacidade de algumas pessoas quando se trata de refletir ou respeitar opiniões diferentes. É, portanto, um ambiente contraditório: alega-se que o sujeito é livre para se expressar e expor valores, mas, ao mesmo tempo, a intolerância e a agressividade fazem com que esse sujeito encontre limites para participar. Ocorre então uma retração destes usuários, os quais avaliam sua participação política como reduzida.

Mesmo com a possibilidade de conflitos e respostas intolerantes ou agressivas, as redes também apresentam um caráter formativo, como aponta Castells (1999), e a nosso ver podem ser usadas como ferramenta para que os alunos se mantenham informados reconstruam opiniões sobre variados assuntos.

Nas redes a gente tem muita informação, e muita informação errada, e quando você percebe que a maioria dos seus amigos do facebook estão indo para um lado muito extremista, [...] negativo para a sociedade, se você ficar calado você está apenas contribuindo para que isso permaneça, entendeu. Às vezes eu nem entro nas discussões... tipo, a pessoa colocou lá: “Tá vendo, só porque é preto!”, eu não vou entrar lá e comentar alguma coisa, porque se essa pessoa teve a capacidade de escrever isso, eu posso escrever qualquer coisa lá, que não vai adiantar, que essa pessoa não quer discutir. Mas se eu vejo isso e ao mesmo tempo eu vou e pego alguma coisa e posto e tenho certeza que a pessoa terá acesso àquilo e ela pode perceber “Nossa, tem alguma pessoa que tem uma opinião contrária a minha”, e se ela tiver o mínimo de decência e consciência [risos], ela pode ler e ter uma desconstrução, assim como eu tive e eu acredito que todos possam ter. (Medicina, 1º, 20 anos)

Como evidencia a fala acima, as RSD, como uma ferramenta que disponibiliza um espaço informal para a interação, é percebida também como um lugar em que um indivíduo pode atingir o outro de forma indireta. Gera-se um diálogo em que nenhum dos lados está simplesmente ativo ou passivo; existe um olhar constante sobre a percepção do outro, uma observação sobre experiências alheias dentro do círculo de interação, sendo possível, a partir desta, surgir algum tipo de desconstrução e reconstrução de ideias. Trata-se de um modo de agir politicamente, de se expor e se posicionar diante de fatos e conceitos.

Por fim, deve-se observar que o processo de formação política dos sujeitos é algo em constante transformação e que sofre influências tanto da educação formal como dos espaços informais, sejam físicos ou digitais. A internet e as RSD, portanto, tornam-se uma importante ferramenta nesse processo, possibilitando novas formas de interação entre os sujeitos e construindo/reconstruindo os modos de enxergar e existir no mundo.

Considerações finais

Conforme significadas no presente estudo, as RSD possibilitam a agregação de grupos identitários, pela cultura ou pelo alinhamento de valores, oferecendo um ambiente de atuação política e de organização das demandas acadêmicas por parte dos alunos. Identificamos significados sobre a possibilidade de se estabelecer relações que podem propiciar desde a simples busca por informações até debates, criação e distribuição de conteúdos. O confronto de ideias e discussões que resultam em alteração de opiniões vem ao encontro do que é sugerido por Castells (1999) quanto se refere à criação de novos modos de distribuição e interação com a informação, conduzindo a distintas formas de pensar e experienciar o mundo.

A busca informacional se dá principalmente pela pesquisa em sites de busca e pelo manuseio de RSD, as quais podem não implicar em uma discussão direta sobre os temas difundidos, dados os limites para a expressão identificados e a possibilidade de respostas intolerantes e agressivas. Neste sentido, aspectos levantados sobre as trocas na internet contrariam o discurso da suposta liberdade de expressão, decorrente da sua utilização.

Encontramos também o reconhecimento sobre a importância da figura do professor no processo de formação política dos estudantes, particularmente no ensino médio, e a ausência de contribuição dos cursos de graduação em saúde. Apenas por parte de uma aluna, de licenciatura, foram feitas associações entre formação política e prática profissional.

Tendo tais questões em vista, ressaltamos a importância de os currículos contemplarem disciplinas e discussões sobre a formação política, com base em relações mais igualitárias e que levem em conta as diferenças, possibilitando uma análise crítica dos conteúdos vinculados pelas mídias, além de desenvolver nos sujeitos a capacidade de reflexão e ampliação de seus conceitos e opiniões a partir de diferentes posicionamentos (GIROUX, 2003).

Acreditamos que as RSD apresentam grande potencial de proporcionar relações interpessoais construtivas, construindo e reconstruindo visões críticas da sociedade que colaborem para uma sociedade mais justa e igualitária; e que a educação está intimamente implicada nesse empreendimento. Terminamos por enfatizar a importância de outros estudos que incluam outros sujeitos universitários e aprofundem os resultados aqui alcançados.

Referências

- BELLONI, M. L. Tecnologia e formação de professores: Rumo a uma pedagogia pós-moderna? **Educação & Sociedade**. Campinas: v. 19, n. 65, dez. 1998.
- BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- CALETTI, S. Siete tesis sobre comunicación y política. **Diálogos de la Comunicación**, n. 63, p. 37-49, 2001.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CECCIM, R. B.; FERLA, A. A. Educação e saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras. **Trab. educ. saúde:** v.6, n.3, p.443-456, 2008.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: n. 115, p. 139-154, março 2002.

GIROUX, H. **Atos impuros.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias:** n. 18, p. 248-285, 2007.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. **Porto Alegre:** Sulina, 2013.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ROGERS, R. **The end of the virtual: Digital methods.** Amsterdam University Press, 2009.

SANTOS, W. L. P. dos.; MORTIMER, E. F. Uma análise de pressupostos teóricos da abordagem C-T-S (Ciência – Tecnologia – Sociedade) no contexto da educação brasileira. **Revista Ensaio:** v. 2, n. 2, p.110-132, 2000.

SCOLARI, C. A. Alfabetismo transmedia. Estrategias de aprendizaje informal y competencias mediáticas en la nueva ecología de la comunicación. **Revista Telos: Cuadernos de comunicación e innovación,** n. 103, p. 12-23, 2016.

VERMELHO, S. C. et al. Refletindo sobre as redes sociais digitais. **Educ. Soc.,** Campinas, v. 35, n. 126, p. 179-196, 2014.